



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 14/04/2014**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 07**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>		
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>		
<b>Vereadores:</b>	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 14/04/2014**

**ATA Nº 07**

----- Aos catorze dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência da Sr<sup>a</sup> Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, por motivos de saúde. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 31 de março de 2014 foi aprovada por unanimidade. -----

**I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA -----**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 09 de abril de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.693.605,52 € (Um milhão seiscentos e noventa e três mil seiscentos e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 258.708,98 € (duzentos e cinquenta e oito mil setecentos e oito euros e noventa e oito cêntimos), num total de 1.962.764,41 € (um milhão novecentos e sessenta e dois mil setecentos e sessenta e quatro euros e quarenta e um cêntimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- O documento em apreço fica a fazer parte integrante desta ata. -----

#### 1.2 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

##### Comemorações do Feriado Municipal

----- O Senhor Presidente congratulou-se com as comemorações do Feriado Municipal, referindo que decorreram muito bem, tendo constituído uma excelente jornada em prol da Pampilhosa da Serra. -----

----- Manifestou um voto de agradecimento a todos quantos colaboraram na organização e na realização do evento. -----

##### Tolerância de Ponto na tarde de 5ª feira Santa (Páscoa)

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que pretende conceder tolerância de ponto aos funcionários do Município, na parte da tarde do dia 17 de Abril do corrente ano, quinta-feira Santa do tempo Pascal.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

##### Dueceira - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça GAL+ELOZ. Entre LOusã e Zêzere

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo, que hoje vai estar presente numa reunião da Direção da Associação Pinhais do Zêzere, em Pedrógão Grande, na qual será debatida a decisão conjunta da saída dos municípios que a constituem, da Dueceira - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça - GAL+ELOZ. Entre LOusã e Zêzere. Tal decisão prende-se com o facto de considerarem não ter havido a dinâmica adequada em termos de execução do programa Leader + Eloz, durante a vigência do último quadro comunitário de apoio. Entendem os municípios da Pinhais do Zêzere que, face às características do próximo quadro comunitário de apoio, será mais vantajosa a adesão à Pinhal Maior - Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul, por esta revelar melhor dinâmica em termos de funcionamento. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

## 2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

### 2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

#### 2.1.1 - Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Proposta do Sr. Presidente

----- Considerando, por um lado, o disposto no art. 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando: -----

----- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----

----- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

----- Considerando, por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

----- Considerando, que o art. 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 2 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do art. 14º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais. -----

----- Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2014, não se encontrava em vigor a supracitada legislação, existe a necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no art. 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (art. 13º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro). -----

----- **Proponho**, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal delibere, relativamente à Câmara Municipal: -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes: -----
  - a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das *Grandes Opções do Plano*; -----
  - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----
3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.-----
4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que tenham produzido efeitos a partir de 22 de Fevereiro de 2014.-----
5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. -----

----- Mais se propõe a aprovação desta proposta em minuta. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.2.1 - Pedido de Renovação do Contrato de Cessão de Exploração do Café/Bar Denominado "Bar da Cal"

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- " Na sequência do requerimento Regº nº 1542, de 7/04/2014, subscrito pela Srª Drª Paula Cristina da Costa Fonseca Santos, cessionária do Estabelecimento Comercial denominado "Bar da Cal", sito na Albufeira da Barragem de Santa Luzia, Casal da Lapa, em que solicita a esta Autarquia a prorrogação do prazo inicial, até ao limite máximo de 2 anos, do contrato de Cessão de Exploração, assinado em 11 de julho de 2012, cumpre informar que dispõe a Cláusula Terceira do contrato em questão: -----

"Cláusula Terceira

Duração da Cessão

----- A cessão de exploração tem início na data de assinatura do presente Contrato, sendo feita pelo período de dois anos, podendo aquele prazo ser prorrogado até ao limite máximo de quatro anos, desde que a SEGUNDA CONTRAENTE, assim o requeira, com uma antecedência mínima de três meses, relativamente ao termo do prazo inicial ou dos prazos de renovação, e com o acordo da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, por períodos sucessivos de um ano e se qualquer dos Contraentes não o denunciar nos termos previstos na Cláusula Quinta." -----

----- Pelo que, a cessionária em questão cumpriu o prazo de antecedência mínima prevista naquela cláusula; -----

----- Mais se informa que a cessionária em causa tem a situação regularizada no que respeita ao pagamento das rendas ao Município, tendo também apresentado os recibos respeitantes ao pagamento dos prémios de seguro, previstos contratualmente. -----

----- Assim, poderá a Câmara Municipal, querendo, anuir na renovação da cessão de exploração por mais um ano, a contar de 11 de julho de 2014. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

#### 3.1 - AÇÃO SOCIAL

##### 3.1.1 - Ficha de Identificação da entidade parceira

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- " No âmbito da atividade da Rede Social e atendendo às alterações administrativas



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*decorrentes das últimas eleições autárquicas, bem como a alteração do logotipo do Conselho Local de Ação Social, foi sentida a necessidade de realizar novas fichas de identificação das entidades parceiras aderentes.* -----

----- Segue em anexo ficha de identificação, solicitando o seu preenchimento, indicando o representante e substituto da entidade, salvaguardando o disposto nos Artigos 21º e 24º do Decreto-Lei nº 114 de 14 de junho de 2006, que obriga a integração do CLAS, do Presidente da Câmara Municipal que "pode delegar a presidência num Vereador da Câmara Municipal, sem faculdade de Subdelegação." À consideração superior. -----

----- Face ao exposto, o Sr. Presidente delegou na Senhora Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, a presidência do Conselho Local de Ação Social. -----

### 3.2 - EDUCAÇÃO

#### 3.2.1 - Plano Individual de Transição

##### - Aluna: Ana Cristina Garcia do Jogo

----- Foi presente um e-mail do Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Escalada de Pampilhosa da Serra, a comunicar que a aluna Ana Cristina Garcia do Jogo, que se encontrava a realizar um Plano Individual de Transição para a vida ativa na lavandaria social do Estádio Municipal, terminou a sua frequência em 1 de março de 2014. De modo a que esta aluna possa beneficiar de experiências variadas de inserção na vida ativa, irá iniciar novo Plano noutra Instituição. Face ao exposto, agradecem toda a disponibilidade da Câmara Municipal para este projeto de vida desta aluna. -----

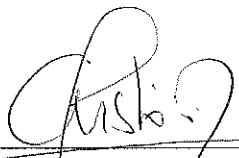
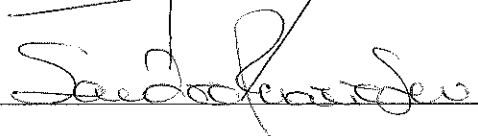
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Vice- Presidente, Jorge Alves Custódio e por mim, Sandra Maria da Silva Seco, Adjunta do Gabinete da Presidência que a subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_